

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO
DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes, e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificaram ausências.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarente minutos e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

Tomou a palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** para dizer que, tal como tinha vindo a alertar este executivo, acerca do processo das reformas sobre a organização e gestão dos Museus, já foi publicado no diário da república no passado dia 25 de maio de 2012, a Lei Orgânica da Direção Geral do Património

Presidente

Secretário

Cultural e das Direções Regionais de Cultura, que irão provocar uma alteração profunda na gestão dos museus e respetivas tutelas.

Em sua opinião o Museu de Lamego foi desclassificado, uma vez que passou a depender da Delegação Regional de Cultura do Norte, transferência que seria irrelevante em termos de tutela, se a mesma não fosse acompanhada da retirada de qualquer autonomia orçamental e, sobretudo, se continuasse a poder definir os objetivos da unidade orgânica, nos termos da lei, como acontecia até ao momento. Aguardando ainda os diplomas regulamentares que hão-de clarificar algumas dúvidas existentes sobre este novo modelo de tutela e gestão, preocupa-nos algumas considerações públicas por parte dos mais altos responsáveis pela gestão destas entidades culturais, uma vez que sugerem e admitem, em abstracto, a possibilidade de alguns museus deixarem de ter direções o que, evidentemente, é contrário ao estabelecido na Lei-quadro dos Museus, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, em 2004.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** aproveitou também para informar o executivo que, face a estas decisões com as quais não concorda, em absoluto, não lhe restou outra atitude senão a de apresentar a sua demissão do cargo de administrador da Fundação Museu do Douro, que formalizou na ultima reunião da administração, pois não poderia continuar a representar o Governo, num Conselho de Administração de uma entidade museológica, que tão maltrata e menospreza os museus que tutela diretamente. Seria uma indignidade manter tal representação, face a estas novas leis, e a decisão nada tem a ver com o projeto do Museu do Douro e muito menos com os seus responsáveis diretos, que muito estima e admira. Apenas não poderia continuar numa função de nomeação governamental, representando um Governo que acabou de tomar estas preocupantes e graves decisões de política museológica nacional, sem sequer proceder a consultas prévias junto dos responsáveis e profissionais do setor.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** manifestou a sua preocupação e reserva a propósito deste assunto e mais concretamente com a desclassificação do Museu de Lamego, e com a consequente, desvalorização cultural e turística do concelho e da região.

Contudo, aguarda uma melhor clarificação desta matéria, para verificar se, com a implementação desta descentralização, implicará mais responsabilidade por parte da autarquia de Lamego em gerir os bens afetos ao Município de Lamego.

Presidente

Secretário

Nesta fase, o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** ausentou-se da reunião, por motivos profissionais.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

De seguida a senhora Vereadora **Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira**, referiu que esteve reunida com o Diretor da Segurança Social de Viseu onde foram tratados vários assuntos.

Assim, explicou que Lamego vai ter uma base de dados na internet inédita a nível nacional que agrupará toda a informação relativa aos apoios sociais concedidos às famílias carenciadas do concelho com o objetivo de garantir um controlo mais efetivo das ajudas fornecidas e uma moralização na distribuição dos bens disponíveis pelas cerca de cinquenta entidades que fazem parte do atual CLAS . O interesse manifestado pela originalidade desta iniciativa levou o diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, a estar presente na mais recente reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Lamego para conhecer em pormenor o projeto *Web Social* que promete rentabilizar e racionalizar os recursos disponíveis e promover uma intervenção concertada entre todas as instituições que prestam apoio social.

A plataforma informática que disponibilizará as ajudas atribuídas está a ser desenvolvida pela Câmara Municipal de Lamego, prevendo-se que ainda durante este semestre o trabalho seja concluído com todas as Instituições ligadas em rede. Segundo a Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural, a divulgação online de toda a ajuda prestada aos mais desfavorecidos fomentará a equidade e justiça social e promoverá a moralização dos pedidos de ajuda, permitindo uma resposta mais célere às situações de vulnerabilidade social, mantendo, no entanto, a confidencialidade da identificação dos agregados familiares.

Mais informou que, à semelhança do que aconteceu a nível nacional, Lamego aderiu ao peditório a favor do Banco Alimentar Contra a Fome que recolheu cerca de 4.800 toneladas de alimentos graças ao trabalho voluntário dos Escoteiros de Avões e da Fraternidade Nuno Álvares bem como de muitos voluntários de várias Instituições de Ensino de Lamego. Se tudo correr como no previsto e de acordo com a vontade dos Lamecenses e desta Câmara Municipal, o próximo peditório já reverterá a favor do Banco Alimentar Contra a Fome de Lamego que está em fase

Presidente

Secretário

de constituição e para o qual o Sr. Presidente da Câmara vai disponibilizar instalações.

Informou que esteve presente com o Sr. Vice-Presidente, Dr. António Carreira, ambos em representação da Câmara Municipal, no Museu de Lamego na inauguração da exposição de Tapeçarias de Portalegre, uma exposição de extraordinário nível, à qual se seguiram uma série de atividades com imenso interesse e muito participadas por várias fases etárias da população.

Esteve igualmente presente no Centro Escolar de Penude que levou a efeito, no dia 26 de Maio, uma nova feira, Feira do Pão Sabores e Cheiros de Primavera, onde Professores Alunos e Encarregados de Educação, juntaram esforços para a organização da mesma e para a qual forneceram produtos da região e confeccionaram pão, bolos, doces, cestinhas de cerejas que foram vendidos revertendo o dinheiro a favor de atividades do Centro. Este é um acontecimento praticamente inédito pela envolvimento efetiva e comprovada de todos os Encarregados de Educação que vêm na escola a extensão da sua família.

Informou ainda que está a ser dada continuidade ao projeto de identificação dos idosos que vivem sós com ou sem retaguarda familiar, na freguesia de Almacave com equipas constituídas pelas Técnicas da Ação Social da Câmara Municipal de Lamego, Agentes da PSP de Lamego e Voluntários da ESTGL. Para o êxito que este trabalho está a ter, contou-se com a imprescindível colaboração da Diocese de Lamego que, através dos seus sacerdotes, faz semanalmente o anúncio das ruas que vão ser alvo desta iniciativa. Simultaneamente, está a ser feito o levantamento de pessoas com necessidades especiais para futuras intervenções em caso de necessidade. O levantamento nas áreas rurais continua a ser feito pela GNR, também parceira neste projeto, à qual o restante grupo de trabalho se juntará após terminar a cidade. Para o desenvolvimento deste projeto, têm sido feitas reuniões mensais na Câmara Municipal onde estão presentes, para além das forças policiais, um Representante da Saúde, da Santa Casa da Misericórdia, Segurança Social, ESTGL e as Técnicas da Ação Social da Câmara Municipal de Lamego.

A Vereadora informou ainda que está a ser desenvolvido o projeto da Farmácia Social do qual dará mais informação posteriormente.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

Presidente

Secretário

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** informou que no passado fim-de-semana esteve em representação da Câmara Municipal de Lamego, no pavilhão Álvaro Magalhães, onde decorreu o Torneio de Futsal “Jorge Caride”, cuja receita foi utilizada na compra de bens alimentares para serem entregues à Paroquia de Almacave – Vicentinas de Santa Maria Maior de Almacave e destinados às famílias mais carenciadas.

Informou também que esteve presente na cerimónia de entrega de prémios do “BTT – nos Trilhos das Operações Especiais no CTOE”, prova inserida no calendário regional da Associação de Ciclismo de Vila Real e que decorreu com muito fair-play.

Informou ainda que, no dia 19 de maio de 2012, no Pavilhão Multiusos de Lamego, decorreu a prova do Campeonato Nacional de TRIAL, organizada pelo Clube Automóvel de Lamego e com apoio da CML e da Lamego ConVida, constituindo-se um evento muito interessante e com participação significativa da população da região, considerando-se um sucesso como organização.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu-se à segunda edição da *Montra da Cereja da Penajóia* saldou-se como um enorme êxito comercial, superando as expectativas iniciais da própria organização. Os vinte e dois produtores que marcaram presença na Av. Dr. Alfredo de Sousa, em Lamego, durante o fim-de-semana de 19 e 20 de maio venderam mais de cinco toneladas deste fruto, a um preço único de cinco euros por 2,5 quilos, oferecidos numa bonita caixa. Pese embora a instabilidade do tempo que se fez sentir, pontuado por alguns períodos de chuva, milhares de pessoas aceitaram o convite para degustarem este fruto carnudo e doce, caracterizado por uma coloração intensa que vai do vermelho vivo ao vermelho-púrpura.

A cereja é um dos símbolos da freguesia da Penajóia e um dos alicerces da sua economia. Caracteriza-se, independentemente da sua qualidade e sabor, por ser das primeiras a aparecer nos mercados, marcando o desabrochar da produção frutícola da região do Douro. Tal como no ano passado, este certame deu uma ajuda preciosa aos parques recursos dos produtores e afirma-se como um cartaz turístico de crescente relevância no quadro de realizações locais.

Presidente

Secretário

Para aproveitar e divulgar todas as potencialidades gastronómicas deste fruto, os alunos da Escola de Hotelaria e Turismo do Douro-Lamego apresentaram o *workshop* "Cereja, Vinhos e Espumantes", esta iniciativa teve o apoio da Confraria Nacional do Espumante e das Caves da Raposeira.

Este ano, a "sala de visitas" da cidade de Lamego também foi animada com a atuação ao vivo da Associação Cultural e Recreativa da Penajóia e do Grupo de Concertinas.

De seguida interveio o senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** para dizer que este evento deveria ser extensivo a todos os produtores de Cereja do Concelho, com vista a alargar o âmbito da genuinidade e a dimensão da sua abrangência, ficando, assim, ligado ao concelho de Lamego e não só restringido à freguesia da Penajóia.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referiu que se devia também propor um desafio à Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego para que no início do ano letivo se introduzisse no currículo para os alunos fazerem algo com as cerejas, para que nesta altura se pudesse apresentar aquando da realização da Montra da Cereja.

ASSOCIAÇÕES (COD. 08)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do teor do ofício enviado pelo senhor Amândio do Carmo Fonseca agradecendo à Câmara Municipal e, em especial, ao senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto pela sua presença, apresentando as boas vindas em nome do município de Lamego, no Convívio anual de 200 ex-colegas militares, que fizeram parte do Batalhão de Artilharia 3861, que terminou em março de 1974, na província de Angola.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

ASSOCIAÇÕES (COD. 08)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do teor do ofício enviado pelo senhor Gilberto Ribeiro da Silva, informando que um grupo de moradores constituiu na freguesia de Magueija uma Associação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

HIGIENE E LIMPEZA (COD. 32)

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do custo financeiro assumido no âmbito concurso público com publicação no JOUE para a prestação de serviços da conservação e manutenção dos espaços verdes da cidade de Lamego, adjudicado à entidade “Horto Casimiro- Espaços Verdes, Lda”, através de despacho da presidência datado de 16.05.2012:

<i>Ano</i>	<i>Período</i>	<i>N.º Meses</i>	<i>Valor sem IVA</i>	<i>IVA 23%</i>	<i>TOTAL c/ IVA</i>
2012	8 de junho a 31 de dezembro	7	56.105,00 €	12.904,15€	69.009,15 €
2013	janeiro a dezembro	12	96.180,00 €	22.121,40€	118.301,40 €
2014	janeiro a dezembro	12	96.180,00 €	22.121,40€	118.301,40 €
2015	janeiro a dezembro	12	96.180,00 €	22.121,40€	118.301,40 €
2016	janeiro a dezembro	12	96.180,00 €	22.121,40€	118.301,40 €
2017	janeiro a 7 de junho	5	40.075,00 €	9.217,25 €	49.292,25 €
	TOTAL				
	60	480.900,00 €	110.607,00€	591.507,00 €

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

CANCELAMENTO DO CONTRATO-PROGRAMA (COD. 40)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício emanado da Agência Portuguesa do Ambiente comunicando o cancelamento do contrato-programa n.º 2861/2001, com a Câmara Municipal de Lamego. Esta proposta de cancelamento tem lugar em virtude de estarem em causa contratos celebrados antes de 2005, que não têm tido qualquer desenvolvimento nos últimos anos.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (COD. 47)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do ofício n.º 55, datado de 30 de abril de 2012, que vem acompanhado do relatório de atividades da Equipa de Intervenção Permanente, respeitante ao ano de 2011.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 24 de maio de 2012, cuja dotação orçamental é de 1.002.970,92 € e dotação não orçamental é de 135.286,15 €.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo da 5ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 129.250,00€, reforçando-se as despesas com o pessoal e a aquisição de bens, serviços, destinados à Agenda do Castelo, transferências para as freguesias e indemnizações. Procede também à 5ª alteração do Plano de Atividades reforçado em 44.750,00€ e anulado em 46.750,00€ e à 5.ª Alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 96.500,00€ e reforçado em 33.000,00€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE MAIO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 15 de maio de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

Presidente

Secretário

02-ASSUNTO: REVOGAÇÃO DE DECISÃO PRESUMIDA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA (COD 01)**CONSUMIDOR: DELFIM TEIXEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 240/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos que vem acompanhada da informação n.º 312/DMSU, de 8 de maio de 2012, informando que na reunião de 17 de abril de 2012, o contrato de água de Delfim Teixeira, residente no Lugar da Calçada, Cambres, foi deliberado o corte do fornecimento de água, por falta de pagamento das faturas.

Dado que, no entanto, o consumidor procedeu à regularização dos débitos, propõe à Câmara Municipal a revogação da decisão de denúncia presumida do contrato de fornecimento de água da instalação predial n.º 27, do senhor Delfim Teixeira, deliberada em reunião de câmara de 17/4/2012.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

03-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDA: MARIA LEONOR PINHEIRO SILVESTRE**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 241/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 313/DMSU, de 8 de maio de 2012, a qual participa uma ligação direta à rede pública de abastecimento de água, através de um dispositivo tipo “bicha flexível” instalada no ramal de introdução individual, numa habitação sita no Lugar de Barreirinha, Medelo, freguesia de Almacave, cuja instalação predial não tem contador.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Maria Leonor Pinheiro Silvestre.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

04-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDA: LACTICÍNIOS DO PAIVA, LDA.**

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 242/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 290/DMSU, de 26 de abril de 2012, informando que as amostras recolhidas pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na caixa de descarga dos Lacticínios Paiva, os valores obtidos no parâmetro (CQO) Carência Química de Oxigénio, não cumprem os Valores Limite de Emissão (VLE), e como tal são muito elevados e incompatíveis para a ETAR de Cambres, violando claramente o Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente o seu artigo 9º e a tabela I do Apêndice 3, assim como, a alínea f), do artigo 8º e o artigo 24º do Regulamento Municipal de Distribuição de Águas e Drenagem de Águas Residuais.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração de processo de contraordenação à Lacticínios Paiva, S.A..

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

05-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 243/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, referindo que, no âmbito da proposta de deliberação nº 330/17/10, datada de 06.05.2010 e da deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião realizada a 27.07.2010, que determinou o processo de contraordenação nº 251/2010, constata-se que o terreno sito na Avenida da Boavista, na freguesia de Almacave, neste Município, é pertença de Isabel Gentil Rica Guedes Gomes Alves da Silva e de Fausto Gentil Rica Guedes Gomes, residentes, respetivamente, na Rua de Fafel, nº 26-3º Esq., na cidade de Lamego e na Av. D. João IV, nº 1115 – 5º Esq., na cidade de Guimarães.

Na proposta de deliberação nº 486/17/11, datada de 13.09.2011 e da deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião realizada a 04.10.2011, verifica-se que simplesmente foi determinado instaurar processo de contraordenação a Isabel Gentil Rica Guedes Gomes Alves da Silva.

Assim, propõe à Câmara Municipal a seguinte retificação:

Presidente

Secretário

Onde se lê: *“Assim, proponho à Exma. Câmara que delibere a instauração do processo de contra-ordenação contra Isabel Gentil Rica Guedes Gomes Alves da Silva.”*

Deve ler-se: *“Assim, proponho à Exma. Câmara que delibere a instauração do processo de contraordenação a Isabel Gentil Rica Guedes Gomes Alves da Silva e a Fausto Gentil Rica Guedes Gomes.”*

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

06-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 23/2010 A QUE FOI APENSADO O PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º48/2010 (**COD 17**)

ARGUIDO: RICARDO BRUNO DA COSTA MAIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 244/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, no uso da competência subdelegada e por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18.09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, através do despacho, datado de 17.11.2009, proferido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, segundo a qual propõe que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respetiva execução, tal como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89º do Regime Geral das Contraordenações e Coimas.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

07-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 141/2009 (**COD 17**)

ARGUIDA: RAFAELA CLAUDIA FIGUEIREDO DA FONSECA CONCEIÇÃO

Presente a proposta de deliberação n.º 245/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo referindo que, a arguida Rafaela Cláudia Figueiredo da Fonseca Conceição interpôs recurso a 27 de abril de 2012, pelo que o processo deve ser remetido ao Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, visto o conteúdo do recurso apresentado, que antecede, propõe à Câmara Municipal a manutenção da decisão proferida, em 16 de Novembro de 2010, de aplicação da coima ao presente processo, com os fundamentos nela constantes, e determine o envio dos presentes

Presidente

Secretário

autos ao Exmo. Senhor Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, nos termos do n.º 1 do artigo 62º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas, informando a arguida dessa decisão.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

08-ASSUNTO: PLANO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2012/2013 (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 258/20/12 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social e Cultural a qual propõe ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/88 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que seja aprovado o Plano de Transporte Escolar para o ano letivo 2012/2013, que se anexa e faz parte integrante desta proposta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

09-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: TERESA DA SILVA FREITAS

LOCAL DA OBRA: RUA DAS CARVALHEIRAS – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 246/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 1486, de 7 de maio de 2012 e do parecer do Chefe da DUDE de 16 de maio de 2012, relatando que o presente processo refere-se à legalização de uma habitação cujo processo inicial deu entrada em 12/10/1978, no entanto, nunca teve conclusão nem desenvolvimento desde 30/10/1989, quer por parte do requerente quer por parte do município, tendo, porém, a obra sido executada.

Em 19/10/2009 o processo foi reiniciado pelos serviços vindo a ser notificado o requerente a solicitar o licenciamento das obras executadas, o que a viúva do requerente fez com a apresentação do atual processo.

Estando o projeto de arquitetura aprovado foi a requerente notificada a apresentar os projetos de especialidades, vindo agora solicitar a isenção de alguns dos projetos, pelo facto de a obra já se encontrar executada à muito tempo e no seu entender não fazer sentido a sua apresentação.

Presidente

Secretário

No caso presente, até já foram apresentados os projetos de especialidades que eram exigíveis à data, ou seja, o projeto de estabilidade e o projeto das redes de águas e esgotos.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere licenciar a obra com os elementos já existentes no processo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

10-ASSUNTO: PEDIDO DE VISTORIA - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: MARIO RODRIGUES PEREIRA

LOCAL DA OBRA: BAIRRO DAS FONTAINHAS, ORDENS - PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 247/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que nos termos do artigo 89º. Do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 12, de 2 de maio de 2012, e que se dê conhecimento do seu teor ao requerente.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

11-ASSUNTO: QUEIXA DE UM MURO - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: MARIA CANDIDA LOUREIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE ARNEIROS – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 248/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que nos termos do artigo 89º. Do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 61, de 21 de dezembro de 2011, e atendendo a que se trata de um muro de suporte à estrada municipal, deve ser deliberado que através da DMSU, se proceda à sua reparação.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

12-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: MANUEL DO NASCIMENTO MENDONÇA

Presidente

Secretário

LOCAL DA OBRA: LUGAR DAS ALMINHAS – AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 249/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 7 de fevereiro de 2012, foi deliberado não proceder à demolição da habitação referenciada em epígrafe, dado existir um interesse público suficientemente forte, designadamente a garantia, pelo menos a título precário e provisório, do direito à habitação.

De acordo com o parecer do chefe da DUDE de 13/04/2012, é necessário uma definição sobre o procedimento a adotar pelos serviços, pelo que, propõe que a Câmara delibere a aprovação do projeto de arquitetura.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

13-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA SEDE SOCIAL (COD 42)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E DESPORTO – SÃO BENTO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE ROSSAS – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 250/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que refere que, tendo sido a requerente notificada no dia 4 de abril de 2012, do deferimento do pedido de autorização de utilização do edifício mencionado em epígrafe, e da taxa a pagar no valor de 840,95€, veio em 10 de abril de 2012 solicitar a dispensa do pagamento das referidas taxas.

De acordo com o parecer n.º 202/DAC/2012 de 23/04/2012, o pedido da requerente enquadra-se nas alíneas a) e d) do n.º 1 do art. 26º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Face ao exposto, e nos termos do disposto no art. 24º do citado Regulamento, propõe que a Câmara Municipal delibere se dispensa a requerente do pagamento da taxa na totalidade ou parcialmente.

Deliberado: Atendendo a que se trata de um pedido que visa a construção de um investimento de reconhecido interesse social, cultural e desportivo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reduzir a taxa devida pela emissão do alvará de autorização de utilização em 50%.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

Presidente

Secretário

14-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)**REQUERENTE: JOSÉ CARLOS SILVA LOURENÇO****LOCAL: LUGAR DA REVOLTA – LALIM**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 257/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que na reunião da Câmara realizada no dia 7 de fevereiro de 2012, foi deliberado ser sua intenção vir a declarar a nulidade da licença administrativa para a realização das obras de construção de habitação pertencente a José Carlos Silva Lourenço e Ana Paula de Oliveira Carvalho Lourenço, sita no lugar da Revolta – Lalim, antecedida da audiência prévia dos interessados.

Os interessados foram notificados em 10/02/2012, tendo-se pronunciado por requerimento apresentado nesta Câmara em 29/02/2012.

Face ao teor da informação n.º 190/DAC/2012, propõe que a Câmara delibere declarar a nulidade da licença para a realização das obras de construção da habitação unifamiliar em causa, titulada pelo alvará de obras de construção n.º 81/2011, emitido a 17/06/2011, a título de decisão final. Deve posteriormente o processo ser remetido à equipa técnica de planeamento municipal, para informar se o prédio sobre o qual foi edificada a habitação unifamiliar em causa, passará a integrar uma futura extensão da área urbana para o local, no âmbito da proposta de delimitação dos perímetros incluídos na revisão do PDM, facto que poderá vir a permitir o seu licenciamento, após a entrada em vigor do novo PDM.

Caso a equipa técnica de planeamento municipal informe favoravelmente, quando o requerente vier solicitar a concessão de autorização de utilização, e desde que seja prestada informação favorável por parte da DUDE, propõe, igualmente, à Câmara que delibere conceder, com carácter precário e provisório, a autorização de utilização requerida, devendo constar do respetivo alvará, precisamente o carácter precário e provisório desse ato administrativo.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

15-ASSUNTO: REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (COD 48)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 251/48/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que refere que, de acordo com a informação n.º

Presidente

Secretário

1420, de 27 de abril de 2012 do chefe da DUDE, a portaria n.º 216-A/2008, de 3 de março, veio regulamentar o funcionamento do sistema informático previsto no n.º 2 do artigo 8º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, obrigando os municípios a disponibilizarem um sistema informático ou plataforma, que permita a tramitação desmaterializada dos procedimentos do controlo prévio das operações urbanísticas, incluindo de informação prévia, e a entrega e receção de elementos por via eletrónica online, bem como, informação para os serviços de finanças, de registo e notariado para efeitos de inscrição e atualização de matrizes e registo e para a realização de negócios jurídicos.

Em 06 de novembro de 2008, a DGAL veio comunicar que desenvolveu um sistema informático que assegura as formalidades previstas na portaria n.º 216-A/2008 e que, poderá ser utilizada pela Câmara Municipal, sem quaisquer custos relativamente às licenças informáticas e ao desenvolvimento dos sistemas informáticos para a autarquia local.

Também em 21 de novembro de 2008, a MEDIDATA comunicou através de email que estava a trabalhar diretamente com a DGAL no sentido de relacionar a aplicação de urbanismo “SIGMA” com o portal da DGAL.

Apesar de terem sido elaboradas várias informações, alertando para a necessidade dos serviços de informática do município procederem à implementação das ferramentas necessárias à desmaterialização dos procedimentos, até à data não se concretizou. Assim têm os serviços continuado a fazer a tramitação dos processos em suporte papel, incluindo a solicitação de pareceres às entidades.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere a medida a adotar.

Deliberado: Retirar este assunto da ordem de trabalhos, devendo regressar na próxima reunião.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

16-ASSUNTO: SUOPG-7 - AMOREIRAS (COD 48)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 252/48/12 do senhor Vice-Presidente, que vem acompanhada da informação n.º 1361, de 23 de abril de 2012 e do parecer do chefe da DUDE, de 24 de abril de 2012, propondo à Câmara Municipal que determine a concretização da SUOPG-7 (Amoreiras) através do sistema de cooperação.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

Presidente

Secretário

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

17-ASSUNTO: SUOPG-17 - PEDREGAL (COD 48)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 253/48/12 do senhor Vice-Presidente, que vem acompanhada da informação n.º 1419, de 27 de abril de 2012 e do parecer do chefe da DUDE, de 27 de abril de 2012, propondo à Câmara Municipal que delibere se pretende que se proceda à concretização da unidade de execução pelo sistema de compensação, ou pelo sistema de cooperação.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

18-ASSUNTO: SUOPG-11 – QUINTA DA BOAVISTA (COD 48)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 254/48/12 do senhor Vice-Presidente, que vem acompanhada da informação n.º 1410, de 27 de abril de 2012 e do parecer do chefe da DUDE, de 27 de abril de 2012, propondo à Câmara Municipal que delibere proceder à execução da unidade de execução através do sistema de compensação

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

19-ASSUNTO: REGULAMENTO DE INCENTIVO À FIXAÇÃO, RECONVERSÃO E MODERNIZAÇÃO ECONÓMICA DO CONCELHO DE LAMEGO (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 255/51/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que, tendo decorrido o prazo de discussão pública referente ao Projeto de Alteração ao Regulamento de Incentivo à Fixação, Reversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, sem que tenham sido rececionadas quaisquer observações ou reclamações sobre o mesmo propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido regulamento, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º. 2 do artigo 53º. Da lei n.º. 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de Alteração ao Regulamento de Incentivo à Fixação, Reversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego, que deverá ser apresentado à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto da alínea a) do n.º.

Presidente

Secretário

6 do artº. 64º., conjugado com a alínea a) do n.º. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

20-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

REQUERENTE: ANTÓNIO GOMES RIBEIRO, GERENTE DO BAR “TREBARUNA”

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 256/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, a qual surge no seguimento do pedido do Sr. António Gomes Ribeiro, gerente do bar “Trebaruna”, propondo que seja autorizado o prolongamento de horário das 02H00 da manhã para as 04H00, para os dias 2, 3, 5, 7, 9, 10, 16, 17, 23, 24 e 30 de junho de 2012 e 1 de julho de 2012, de acordo com o n.º 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento de Venda ao Público e de Prestação de Serviços em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

21-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DA FEIRA MEDIEVAL – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 259/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que face ao teor da informação n.º 346/DMSU, de 20 de maio de 2012, sejam autorizadas as alterações de trânsito acompanhadas com a devida sinalização, para a realização da feira medieval 2012, nos seguintes arruamentos:

-Encerramento de trânsito/proibição de estacionamento, a partir das 14:00h do dia 30/05/2012:

Presidente

Secretário

Na Av. 5 de Outubro desde o entroncamento da Rua 28 de Maio;

Na Rua Marquês de Pombal; Na Praça do Comércio; Rua das Cortes; Rua Nova; Rua do Campo; Rua da Ponte Velha; Rua de Almedina.

-Autorização de virar para a esquerda na Av. 5 de Outubro para a Rua Dr. Francisco Laranjo (antiga rua do Barronco).

-Trânsito no sentido inverso, a partir das 14:00h do dia 31/05/2012:

Rua 28 de Maio.

-Trânsito nos dois sentidos/proibição de estacionamento, a partir das 14:00h do dia 31/05/2012: Rua das Chagas; Rua de Almacave; Rua do Cerdeiral.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar as alterações de trânsito propostas.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

Nesta fase, a senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** ausentou-se da reunião, por motivos profissionais.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

22-ASSUNTO: LOJA EXTERIOR Nº 7 DO MERCADO MUNICIPAL - ALTERAÇÃO DE USO E OBRAS DE BENEFICIAÇÃO, COM LIGAÇÃO À LOJA EXTERIOR Nº 6 (COD 25)

REQUERENTE: JOSÉ PEREIRA PIMENTA FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 261/25/12 do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico, que aqui se considera integralmente transcrita, referindo que o Sr. José Pereira Pimenta, concessionário da Loja exterior nº 7 do Mercado Municipal, requereu à Câmara autorização para alteração de uso do espaço concessionado, destinando-o a venda de produtos têxteis, bordados e lãs,

Presidente

Secretário

requerendo ainda autorização para estabelecer uma ligação interior com a Loja nº 6, a qual está concessionada à Sra. D. Maria do Carmo Silva Sequeira, sua esposa. Consultados os respetivos contratos, bem como o Regulamento do Mercado Municipal, verifica-se o seguinte:

O contrato da Loja exterior nº 7, foi concessionado por contrato celebrado entre a Câmara Municipal e a Sra. D. Maria João Martins Correia Pimenta, em 19.05.1986, no decorrer da hasta pública celebrada para o efeito, conforme deliberação da Câmara de 28.04.1986.

O uso atribuído a esta loja foi a de comércio de carnes – talho. No entanto, nem a deliberação da Câmara nem o contrato estabelece qualquer utilização para uso obrigatório deste ramo de comércio.

O contrato da loja exterior nº 6, foi concessionado por contrato celebrado entre a Câmara Municipal e a Sra. D. Maria do Carmo da Silva Sequeira em 04.01.1988 no decorrer da hasta pública realizada na reunião de 28.12.1987, não estabelecendo qualquer uso obrigatório para este espaço.

Objetivamente o requerente pretende a mudança de uso da loja nº 7, deixando de ser “talho” para a destinar a venda de produtos têxteis, designadamente bordados e lãs, pretendendo igualmente uma ligação interior entre a loja 6 e 7, expandindo assim o espaço de venda e rentabilizando os custos de manutenção com a referida atividade comercial, pois que a atual concessionária da loja nº 6 é a sua esposa

O Regulamento do Mercado Municipal, aprovado em 22.06.1983 e revisto em 26.02.1987, o qual se encontra em vigor, refere no Artº 6º nº 1º que as adjudicações das lojas e bancas são feitas pelo período de 5 (cinco) anos, tal como já mencionado e expresso no respetivo contrato de concessão.

Igualmente no Artº 15º refere que “O ocupante dum local do Mercado não pode exercer nele comércio de produtos diferentes daqueles a que está autorizado e a que o local se destina, nem dar-lhe uso diverso daquele para que foi concedido, sob pena de lhe poder ser retirada a respetiva autorização, em qualquer altura em que haja conhecimento da infração, sem direito à restituição das taxas pagas.”

Completado o requerimento com os elementos aqui expressos, coloco à consideração da Câmara Municipal para que seja apreciado e deliberado, sobre dois aspetos fundamentais:

Presidente

Secretário

- 1) Se a Câmara autoriza a alteração de uso comercial da Loja exterior nº 7, deixando de ser comércio de carnes / talho e passa a ser comércio de têxteis, bordados e lãs;
- 2) Se a Câmara autoriza a abertura interior que passará a fazer a ligação entre a loja nº 6 e a loja nº 7, mesmo que a título provisório.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a alteração de uso comercial da Loja exterior nº 7 e indeferir a ligação interior entre a lojas exteriores n.º 6 e 7.

Ausentes os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

23-ASSUNTO: RECLAMAÇÃO DE FATURAÇÃO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: MARIA EUGÉNIA – DIRETORA DO LAR HOTEL SANTA MARIA MAIOR DE ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 260/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 268/DMSU, de 17 de abril de 2012, informando que a senhora Maria Eugénia, diretora do Lar Hotel Santa Maria Maior de Almacave, sito na Av. da Boavista, veio, em sede de audiência prévia, pronunciar-se, por escrito, nos termos do n.º 1 do artigo 101º do C.P.A., sobre a decisão de indeferimento que recaiu sobre o reprocessamento de faturas de água referente aos meses de novembro/11, dezembro/11 e janeiro/12, não tendo, no entanto, acrescentado novos factos ao entendimento contido nas informações.

Face ao exposto, propõe o indeferimento do processo de reclamação sobre a faturação de consumos de água relativo ao Lar Hotel Santa Maria Maior de Almacave.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausentes os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

24-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: JOAQUIM DA SILVA NEVES

Presidente

Secretário

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE S. SEBASTIÃO E TORRINHAS - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 262/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que nos termos do artigo 89º. Do Decreto-Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 13, de 4 de maio de 2012, para receção provisória das obras de urbanização do loteamento com o alvará n.º 4/02, reduzindo-se o valor da caução para 386.852,82 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausentes os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

25-ASSUNTO: AQUISIÇÃO DA ESTRUTURA DO “CAFÉ DA BOAVISTA” (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 263/47/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º234/DFP, dando conhecimento que o valor da estrutura implantada no espaço do domínio público sito na Avenida da Boavista, ocupado pelo “Café da Boavista”, após avaliação pelo método de custo é € 2.199,73 (Dois mil, cento e noventa e nove euros e setenta e três cêntimos).

Face ao exposto, propõe a aquisição da estrutura do “Café da Boavista” pelo valor de 2.199,73 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausentes os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

26-ASSUNTO: PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO COM PRÉVIA PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO, PARA ARRENDAMENTO DAS FRACÇÕES “A” E “E” DO ARTIGO N.º 1509, DA FREGUESIA DE SÉ, SITO NA AV. DR. ALFREDO DE SOUSA (ANTIGA NENÚFAR) (COD 47)

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do arrendamento à empresa denominada “Suspiro Encantado, Lda.” das frações “A” e “E” do artigo n.º 1509, da freguesia de Sé, sito na Av. Dr. Alfredo de Sousa (Antiga Nenúfar), por um período de 10 ano, pelo valor da renda mensal de 1.000,00 €(mil euros), do 1.º ano ao 5.º ano de arrendamento, e 1.500,00 €(nil e quinhentos

Presidente

Secretário

euros), do 6.º ao 10.º ano, ambos os valores atualizados anualmente de acordo com o coeficiente de atualização das rendas, publicado em Portaria.

O arrendamento das frações supra referidas, foi precedido do procedimento de negociação com publicação prévia de anúncio, publicitado no jornal “Douro Hoje”, cujo ato público se realizou no dia 27 de Abril de 2012, pelas 10.30 horas, tendo sido apresentada somente a proposta da denominada “Suspiro Encantado, Lda.”, e a abertura da proposta e análise da mesma, foi realizada no dia 30 de Abril do corrente ano, tendo sido redigidas as atas n.º 1 e 2, respetivamente, pelos membros do Júri nomeado por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 8 de Março de 2012, constituído pelo Dr. Nelson Vale Martins, como Presidente, pelo Dr. António Manuel Simões de Oliveira e Arq. João Miguel Oliveira Guedes Marques, como vogais.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausentes os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

- 1- Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Magueija;
- 2- Dimas da Piedade Francisco; Cepões
- 3- Manuel Ferreira Adrega, Presidente da Junta da Sé;
- 4- Amândio Carmo da Fonseca;
- 5- Pedro Machado da Silva, Lamego;
- 6- Alzira de Jesus Diogo, Lamego;
- 7- Cidadão de Ferreiros;
- 8- Fernando Manuel Costa Soares, Lamego;
- 9- Maria Almeida Afonso; Mazes-Lazarim.

Presidente

Secretário

1- Tomou a palavra a senhora **D. Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Magueija, para manifestar o seu desagrado por não estarem a ser realizadas obras de investimentos na sua freguesia, ao mesmo ritmo com o que acontece no sudeste do concelho de Lamego. Lamentou a este propósito o facto de a Câmara Municipal ainda não ter disponibilizado um calceteiro para iniciar o arranjo de um caminho no lugar de Vila Lobos, inquirindo o senhor Presidente da Câmara para quando o seu início.

Lembrou, igualmente, o senhor Presidente da Câmara da falta de abastecimento de água em Vila Lobos e o mau estado em que se encontra o Caminho de Santiago.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu à D. Liliana Ribeiro que o senhor Vereador Manuel José Carmo Coutinho fica incumbido de, em articulação com o Eng. Jorge Paulo Barbosa Eira, ver a possibilidade de nos próximos tempos disponibilizar um calceteiro para Magueija.

Quanto ao Caminho de Santiago referiu que o senhor Vereador Manuel José Carmo Coutinho vai verificar junto dos serviços para quando está agendada esta obra. O mesmo acontecendo com a obra de abastecimento de água a Vila Lobos.

2- Interveio de seguida o senhor **Dimas da Piedade Francisco**, questionando o senhor Presidente da Câmara acerca do desvio dos cubos que estão a ser transportados para Várzea de Abrunhais. De seguida lamentou o facto de nem todos os antigos e atuais autarcas terem recebido o certificado de exercício de funções nas Juntas de Freguesia, uma vez que ele também exerceu funções na Junta de Freguesia de Cepões

O senhor **Presidente da Câmara** respondendo ao senhor Dimas da Piedade Francisco, afirmou que os cubos serão distribuídos pelas Juntas de Freguesia do concelho de acordo com as prioridades.

Quanto à homenagem aos antigos e atuais autarcas que incluiu a entrega de certificados pelas funções desempenhadas respondeu, afirmando que a Câmara Municipal é alheia a esse procedimento, pois tratou-se de uma iniciativa organizada pela Assembleia Municipal, e esclarecendo que competia aos atuais Presidentes de Junta a entrega de uma lista com os nomes ao senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Presidente

Secretário

3- Tomou a palavra o senhor **Manuel Ferreira Adrega, na qualidade de Presidente da Junta da Sé**, para se referir a um ofício remetido pelo senhor Amândio Carmo da Fonseca relativo aos paralelos que estavam destinados à Junta de Freguesia da Sé, a fim de serem aplicados no Caminho do Cantudo e no Caminho para a antiga escola em Alvelos, uma vez que os referidos caminhos se encontram em mau estado.

4- O senhor **Amândio Carmo da Fonseca** interveio para reforçar o que proferiu o senhor Presidente da Junta da Sé, dizendo que tomou conhecimento de que andam a retirar cubos destinados a uma determinada obra e que agora era a altura certa para a reposição de cubos no Caminho do Cantudo e no Caminho para a Escola em Alvelos.

De seguida, referiu-se a um terreno que está à venda junto da sua propriedade e que gostaria que a Câmara adquirisse aquela parcela de terreno.

Aproveitou para elogiar a obra que está a terminar na freguesia de Cepões, que passa junto da sua propriedade e que tinha ficado danificada aquando das obras de condução de água para a zona industrial.

Realçou, ainda, a obra de reposição do pavimento junto ao supermercado LIDL, que ficou um encanto, bem como a reposição de dois muros.

Por fim, lamentou a forma como se desenvolveu o processo que se desenvolveu o processo da entrega de um armazém utilizado pela APITIL à Câmara Municipal dado que, afinal, esse mesmo armazém está agora cedido ao senhor Carlos Manuel Fernandes da Silva. No entanto, sublinha a intervenção do senhor Presidente da Câmara para se chegar a um acordo, a contento de todos.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu aos senhores Manuel Ferreira Adrega e Amândio Carmo da Fonseca explicando que as obras de Alvelos são um eterno problema que a Câmara Municipal ainda não conseguiu resolver. Porque se trata de obras pequenas que não podem ser candidatas a fundos comunitários, terá que ser a Câmara a ir resolvendo conforme as suas disponibilidades financeiras.

5- Interveio o senhor **Pedro Machado da Silva** para lamentar o desenvolvimento do seu processo relativo à instalação da sua “roulotte” de venda ambulante, pois, em seu entendimento, o local onde estava não afetava, em nada, quer o trânsito quer o jardim, tal como foi verificado pelos técnicos desta Câmara.

Presidente

Secretário

Acrescentou, ainda, que tem necessidade de trabalhar, pois é o seu único modo de sobrevivência, tendo a impressão de que está a ser perseguido pela Câmara.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** para explicar ao senhor Pedro Machado Silva que a Câmara não anda a perseguir ninguém, apenas foi dado cumprimento a uma deliberação da Câmara Municipal, em que foi decidido criar lugares específicos para a venda ambulante, naquele lugar.

6- Seguidamente usou da palavra a senhora D. **Alzira de Jesus Diogo**, referindo-se novamente ao assunto do Bar da Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Ponte. Afirmou que o bar se encontra em funcionamento, continuando a mesma situação, nada adiantando chamar constantemente a PSP, pois os autos de notícia que são remetidos à Câmara Municipal ficam parados, sem tramitação.

Tomou a palavra o senhor **Vereador António Pinto Carreira** para informar a senhora D. Alzira de Jesus Diogo que, de facto, a Câmara Municipal já recebeu autos de notícia emanados pela PSP de Lamego, mas apenas para conhecimento, pois a competência para aplicação de coimas é da Segurança Social.

Quanto ao não cumprimento do horário que foi estabelecido recentemente por esta Câmara Municipal, se a Associação não estiver a cumprir, a Câmara deverá tomar a decisão de o encerrar.

7- Tomou a palavra um **morador da Foz de Baixo**, freguesia de Ferreiros de Avões, dando conta de vários problemas que existem no Caminho que liga o Lugar de Foz de Baixo ao Lugar de Lamas, Cambres. Afirmou que estes problemas já subsistem há muitos anos, pois existem dois muros caídos, impedindo a passagem de veículos automóveis e motorizadas. Referiu ainda que, nesse caminho, não existe eletrificação.

De seguida referiu-se a um buraco existente na E.N. 226, que impede a normal circulação do trânsito.

Chamou, igualmente, a atenção do senhor Presidente da Câmara para os esgotos da fábrica Lacticínios do Paiva, Lda., que estão, em sua opinião, com alguma conduta rebentada. Só assim se explica que os mesmos vão ter à variante de Cambres, causando um cheiro nauseabundo.

Usou da palavra o senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** afirmando que, de facto, existe no caminho que liga Foz de Baixo a Lamas um muro caído que

Presidente

Secretário

impede a passagem de veículos. O caminho é estreito pelo que a ser levada a cabo esta obra terá de ser utilizada com máquina pequena, razão pelo qual este assunto irá ser analisado pelos serviços técnicos.

8- Seguidamente usou da palavra o senhor **Fernando Manuel Costa Soares** para lembrar, novamente, o senhor Presidente da Câmara, para a possível aquisição do terreno junto à Capela de Alvelos, no Lugar do Passadiço

De seguida questionou o senhor Presidente da Câmara para saber qual o ponto de situação do saneamento em Alvelos.

Pediui ainda, ao senhor Presidente da Câmara paralelos para a reposição do pavimento no Caminho da antiga Escola, uma vez que se encontra muito degradado.

Usou da palavra o senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** para afirmar que, de facto, o saneamento em Alvelos não está completo. A rede ainda não tem condições de receber os efluentes, apesar de os residentes quererem pagar e não o puderem fazer, uma vez que não há ligação do saneamento às casas.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para informar que estão previstos vários ramais de eletricidade para serem ligados, mas a EDP demora a fazer essas ligações. Vai tentar averiguar junto da EDP qual o ponto da situação.

9- Por último interveio a senhora **D. Maria Almeida Afonso**, residente em Mazes, Lazarim, para lamentar o mau estado em que se encontra o Caminho do Eirô a Mazes, pedindo ao senhor Presidente o arranjo do mesmo, dado que existem nesse lugar quatro famílias. Na época das chuvas, as águas pluviais e a lama chegam mesmo a entrar dentro de sua casa.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que vai incumbir os serviços técnicos desta Câmara de analisar a situação, a fim de se arranjar o referido caminho.

Interveio o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** para referir que gosta de ver que as pessoas se deslocam às reuniões da Câmara Municipal para exporem os seus problemas ao executivo, embora compreenda que este nem sempre tenha disponibilidades para esse efeito, mas em termos especificamente técnicos porque, em face dos gastos desnecessários produzidos e em face da má gestão protagonizada por este executivo, não pode considerar que haja razões de

Presidente

Secretário

constrangimentos financeiros que possam justificar essas mesmas faltas de disponibilidade.

Aproveitou o momento para informar que ainda continua à espera do processo do loteamento em nome de João Batista de Castro de Sousa Girão, junto da zona industrial, solicitado na reunião de Câmara Municipal, realizada no dia 6 de março de 2012, com vista à sua análise pelo executivo camarário, dadas as dúvidas que possui sobre os procedimentos relacionados com todo o processo.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para afirmar que a Câmara tem realizado bastantes obras, umas através de receitas próprias, devido à gestão rigorosa que está a imprimir esta Câmara tais como: poupança na iluminação pública em vários locais do concelho, controlo na entrada de pessoal para o Município. Por outro lado aumentaram-se as receitas provenientes das taxas de água, saneamento, entre outras, embora tenham descido outras taxas, entre elas o terrado das feiras semanais, ajudando a economia local. No entanto, fizeram-se muitas obras cofinanciadas com fundos comunitários.

Referiu, ainda, que não foi ele que assinou o contrato de adesão com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, pois foi um contrato que se veio a tornar muito ruinoso para o Município de Lamego, bem como os transportes escolares com a entrega destes à empresa EAVT, que acarreta grandes despesas anuais.

Contudo, disse que a gestão financeira do Município se encontra equilibrada, e que, com a grande confiança que este executivo sempre teve e tem, irá continuar a fazer e apoiar obras que terão por objetivo o crescimento da economia local, incentivando a população jovem a não sair do concelho de Lamego.

27-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

28-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze Horas e vinte minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

Presidente

Secretário

O Presidente,

A Secretária